

Crítica Leibniziana ao Intuicionismo Cartesiano

William Siqueira Piauí (Bolsista PIBIC/CNPq DF/USP/SP) Orientador: Franklin Leopoldo e Silva

Introdução

Em linhas gerais o trabalho que pretendo desenvolver na iniciação científica pode ser explicitado da seguinte maneira:

O trabalho pretende reconstruir a crítica leibniziana ao intuicionismo cartesiano, isto é, pretende tratar da crítica que Leibniz faz ao caráter psicológico de assentimento às verdades operado pela filosofia cartesiana. O que resultará, por parte de Leibniz, em uma reconsideração da lógica na tentativa de estabelecer um formalismo que fuja deste caráter psicológico. Leibniz não pretenderá descrever as gestões espirituais e livres pelas quais o espírito chega à verdade, à dúvida, à evidência, etc.; para ele as regras de Descartes para o método são conselhos psicológicos de nenhum valor.

Para realizar seu formalismo e retomar o caráter demonstrativo das verdades ele fará várias considerações acerca da lógica aristotélica o que revela que a sua posição está mais próxima de Aristóteles que de Descartes. Para Leibniz as novas descobertas da matemática devem ser apresentadas de maneira que a sua necessidade seja visível a partir da sua forma. Enquanto que para Descartes demonstrar os conceitos e os princípios supremos significa exclusivamente mostrar a clareza e distinção psicológicas com que nós os representamos, para Leibniz, ao contrário, os elementos da dedução devem ser obtidos e elaborados pouco a pouco, em uma análise lógica cada vez mais profunda; para Leibniz se torna fundamental a retomada da demonstração formal.

W. Keneale e M. Keneale em seu livro intitulado “O Desenvolvimento da Lógica” chamam a atenção para o fato de que Leibniz pode ser considerado “como um dos maiores lógicos de sempre” e, como o pensamento lógico de Leibniz tem diversas “facetras” sugerem, dentro da diversidade de sua obra, a seguinte divisão:

- 1) O seu respeito pela lógica tradicional;
- 2) O seu conceito de uma *Ars Combinatória*, ou teoria geral dos arranjos;
- 3) O seu plano para uma linguagem ideal;
- 4) O seu esquema para ordenação do conhecimento numa enciclopédia, e
- 5) A sua esperança em estabelecer uma ciência geral do método.

Para ficar claro o que pretendo basta tratar do item 1). No desenvolvimento deste item Keneale e Keneale observam que Leibniz ao tratar de uma série de problemas da teoria do silogismo “não pode ser considerado um purista de Aristóteles” e enumeram quatro maneiras de provar esta tese. Estas maneiras não nos interessam neste momento, mas, ao contrário, a conclusão que tiram delas sim, ou seja, essas observações levam à conclusão de que neste campo Leibniz não fez grandes progressos, no entanto:

“A idéia mais fecunda que Leibniz tirou do seu estudo da lógica aristotélica foi a

noção de uma demonstração formal. (...) Ele diz por exemplo que as regras de Descartes para o método são conselhos psicológicos de nenhum valor e que a fraqueza de Descartes ao escrever acerca do método consistiu em não ter compreendido a impotência da forma lógica. Leibniz reconheceu que não podia haver rigor sem formalismo e insistiu, com razão, na importância de apresentar as novas descobertas da matemática de tal maneira que a sua necessidade fosse visível a partir da sua forma.²

É deste formalismo que Leibniz saca a base para a sua crítica do princípio de evidência das verdades cartesianas. E. Brehier em sua *"História da Filosofia"* escreve:

*"A posição de Leibniz está, portanto, mais próxima de Aristóteles que de Descartes: não pretende descrever as gestões espirituais e livres pelas quais o espírito chega à verdade, à dúvida, à reflexão sobre a evidência, etc., mas de determinar as relações necessárias que obrigam o espírito a passar de uma proposição a outra. Nada lhe é tão antipático como a dúvida cartesiana capaz de anular toda a empresa filosófica; porque uma vez admitida, nem a existência de Deus pode tira-la. (...) A resolução das proposições em idênticas não implica dúvida alguma. Admitimos os postulados e os axiomas porque estão provados por infinitas experiências: todavia, interessa para a perfeição da ciência que eles sejam demonstrados. Leibniz vai pelo caminho que conduz a logística e as geometrias não euclidianas, nascidas no sec. XIX do esforço feito para demonstrar os postulados"*³

Cassirer (Ernest Cassirer) Também aponta para a insatisfação de Leibniz diante da filosofia cartesiana; no volume 2, capítulo II do seu livro *"O problema do Conhecimento"* onde trata da filosofia leibniziana, mostra que para Leibniz:

"É necessário um longo e penoso trabalho de análise conceitual, classificação e análise constantemente renovada de nossos conceitos empíricos e puros, antes que possamos chegar àqueles primeiros elementos com os quais devemos iniciar a estrutura sintética construtiva do conhecimento."

*Enquanto que Descartes, para demonstrar os conceitos e os princípios supremos, se remetia exclusivamente a clareza e distinção psicológicas com que nós os representamos..."*⁴ Para Leibniz *"os elementos da dedução não devem ser tomados como algo evidente da intuição imediata, ao contrário, devem ser obtidos e elaborados pouco a pouco, em uma análise lógica cada vez mais profunda, sem que exista dúvida alguma de que, dentro dos limites e da condicionalidade do nosso conhecimento científico, este trabalho não chega a seu remate definitivo em nenhum ponto."*⁵

A crítica de Leibniz à filosofia cartesiana tem muitas direções, o que nos cumprirá apontar nesses ensaios é de que maneira se constitui a sua crítica ao intuicionismo cartesiano, ou seja, como Leibniz torna legítima a sua oposição ao caráter psicológico de assentimento às verdades; princípio fundamental da filosofia cartesiana.

Essa oposição pode ser exemplificada pela maneira que ambos, Leibniz e Descartes, consideram a lógica. O que faremos num primeiro momento é marcar estas maneiras.

Método cartesiano x Lógica leibniziana

Seguindo o caminho que nos foi proposto na introdução devemos marcar a crítica feita por Leibniz e para tanto se faz necessário trazer o texto cartesiano para que não fiquemos com apenas um lado da moeda, o que não representaria bem uma reconstituição crítica do problema. Faremos, também, algumas indicações históricas que ajudarão a compreender o alcance e os limites de tal crítica.

Yvon Belaval em sua obra *“Leibniz critique de Descartes”* sugere uma definição dos séc. XVII e que podemos estender até o início do séc. XVIII que mostra muito bem o esforço de tornar rigorosa a filosofia, esse rigor pode ser traduzido pelo exame, ao refletir sobre si mesmo, que o séc. XVII faz de seus métodos. “Século do método” “século de Descartes” essas formulas podem muito bem definir o século XVII⁶ É interessante como o distanciamento, necessário, da filosofia aristotélica, que impedia uma nova Física, e da escolástica, com as suas causas ocultas, parece ter determinado a repulsa de vários autores da época pela lógica tradicional; não é atoa que o método cartesiano pretende ser uma opção nova para a constituição das novas ciências. Belaval dirá:

“A geometria e os princípios são mais importantes aos contemporâneos de Descartes e a seus sucessores, que as meditações; o cogito é transformado o centro do cartesianismo (...). Em seu tempo Descartes participou mais que qualquer outro (...) no desenvolvimento do espírito científico, não por qualquer superioridade de especialista (...) mas por sua superioridade de filósofo que, geometrizando a matéria, constrói o primeiro modelo matemático do mecanicismo generalizando a idéia de dimensão tira da imaginação sensível os cálculos da geometria analítica ...”

É assim que podemos notar o alcance do método cartesiano e para que fique bem clara a sua oposição à lógica tradicional basta mostrarmos o embate entre Descartes e Leibniz acerca do alcance da lógica.

“Cumpre-lhe (ao estudioso) estudar também a lógica; não a das escolas, porque esta, falando com propriedade, é apenas uma dialética tendente a ensinar os meios de fazer compreender as coisas que se sabem, até mesmo ensinar a dizer, sem prévio juízo, várias palavras referentes ao que não se sabe, e, deste modo, mais corrompe o bom senso do que o enriquece” (pag. 41 *Princípios da filosofia*). E, mais ainda: ... com respeito a lógica, que os seus silogismos e a maior parte de suas instruções servem mais para explicar a outro as coisas que se sabem (...) e para falar sem juízo das que se ignoram, do que para aprende-las, poi mesmo tendo realmente muitos preceitos verdadeiros e bons, tem, misturados com eles, tantos outros danosos ou supérfluos, que é quase tão difícil separa-los quanto tirar uma Diana ou uma Minerva de um pedaço de mármore...” (Pag. 35 *Discurso do Método*).

Dito assim, podemos notar que há uma certa recusa, por parte de Descartes, da lógica tradicional e principalmente a das escolas. Para realizar a sua filosofia ele preferiu adotar uma ‘lógica’própria. E se quisermos chegar à verdade devemos aplicar os quatro preceitos indicados por ele, cito:

...em lugar desse grande número de preceitos de que se compõe a lógica, creio que me bastariam os quatro seguintes, sempre que tomar a firme e constante resolução de não faltar nem uma só vez à sua observação.

Consiste o primeiro em não receber jamais como certa nenhuma coisa sem

conhecer evidentemente que o é, e compreender unicamente em meus juízos, o que se apresenta a mim mesmo tão claro e distintamente que não teria motivo para colocá-lo em dúvida.

O segundo em dividir cada uma das dificuldades examinadas em tantas partes quanto for possível e necessário para resolvê-las melhor.

O terceiro, em dividir ordenadamente meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por graus, até o conhecimento do mais composto, supondo sempre uma ordem, mesmo que eles não precedam naturalmente uns aos outros.

O último, em fazer em tudo enumerações tão completas e revistas, tão gerais que estaria seguro de não omitir nada.” (pag. 35 *Discurso do Método*)

E para deixar claro que seu método não se assemelha à lógica aristotélica ele escreve:

“Por método entendo aquelas regras certas e fáceis cuja rigorosa observação impede que se suponha verdadeiro o falso, e faz com que sem consumir-se em esforços inúteis e aumentando gradualmente sua ciência o espírito chegue ao verdadeiro conhecimento de todas as coisas acessíveis à inteligência humana.” (*Regra IV*)

“... todas as coisas podem clarificar-se em diversas séries atendendo não ao gênero de ser a que se referem (divisão que se assemelharia às categorias dos filósofos), mas ao fato de que o conhecimento de uma depende do conhecimento de outras, de sorte que sempre que alguma dificuldade se nos apresente, podemos determinar se é útil examinar certas coisas, quais são e em que ordem devemos examiná-las.” (*Regra VI*)

Em suma, esta é a lógica que, segundo Descartes, necessitamos para acostumar a nossa razão (luz natural) a conceber mais clara e distintamente os objetos. A partir daí podemos começar a indicar o que significa ‘caráter psicológico de assentimento’ O que Descartes pretende com seus preceitos não é constituir um procedimento infalível para se chegar à verdade, mas o de habituar o espírito a conceber mais claramente e distintamente. Ele mesmo afirma qual o seu verdadeiro propósito:

“Não é meu propósito ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para dirigir bem sua razão, mas unicamente fazer ver de que maneira dirigí a minha. (pag. 29 *Discurso do Método*)

Não se trata de explicar regras formais de obtenção da verdade, mas de acostumar o espírito a fim de que ele possa distinguir melhor o claro do obscuro e o distinto do confuso. Sendo assim, ele deve mostrar que tipo de verdades podemos encontrar seguindo esses preceitos, e é desta maneira que ele, fazendo uso da dúvida o que está de acordo com o primeiro preceito, chega à verdade primeira “eu penso, logo existo” Ele diz:

“E tendo notado que nesta proposição eu penso, logo existo, o que me assegura de que digo a verdade é que vejo muito claramente que para pensar devo existir, julguei que podia tomar como regra geral que as coisas que concebemos clara e distintamente são verdadeiras, e que somente existe alguma dificuldade em advertir bem quais são as que distintamente concebemos.”(pag.44 *Discurso do Método*).



cessidade da criação de uma nova lógica e que tornou Leibniz um dos maiores lógicos de sempre.

A lógica leibniziana e o conceito de possibilidade

É nessa direção que Leibniz fará suas indicações acerca dos argumentos cartesianos da prova da existência de Deus. O apreço de Leibniz pela lógica e seu longo estudo desta disciplina (carta a G. Wagner - pag. 355) são notórios e sua reconsideração das provas da existência de Deus nos permitirá entender o que isto significa.

Tanto Leibniz quanto Descartes pretendiam, cada um à sua maneira, 'demonstrar' a existência de Deus da forma mais matemática ou geométrica possível, e a própria palavra demonstração é indicação disto. Sendo assim, valeria a pena lembrar o que isto significa para eles, cito:

...considerando que entre todas as artes que buscaram a verdade nas ciências, somente as matemáticas puderam descobrir algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes..." (*Disc. do Método*, pag. 37). E mais:

'...um menino instruído em aritmética que tenha feito uma adição segundo as regras, pode estar seguro de ter descoberto, no que diz respeito a soma que examinava, tudo o que pode saber o espírito humano,..." (*op. citi*, pag. 38).

Dito assim, não é difícil entender porque a tentativa de tornar as provas da existência de Deus "evidentes" tenha de passar por uma relação com as matemáticas.

Todo o ideal de conhecimento do Séc. XVII verá nessas disciplinas o que há de mais certo, e quanto mais uma filosofia caminhar ao lado delas mais certa ela será. No caso de Leibniz a consideração da geometria e da matemática torna-se ainda mais aguda, posto que ele fará um longo exame dos tipos de argumentação usados por uma (matemática) e por outra (geometria); para verificar isso basta notar os seus estudos da geometria euclidiana, arquimediana e a sua relação com os matemáticos do séc. XVI estudados por ele (Johann Scheybl 1494 a 1570 e Herlinus séc. XVI, N. Ensaio pag. 289). E quanto a sua consideração da matemática, ele dirá:

'... cumpre saber que não são as figuras que fornecem a prova entre os geômetras (...). A força da demonstração (...). São as proposições universais, ou seja, as definições, os axiomas, e os teoremas já demonstrados que perfazem o raciocínio, e o sustentam (...). Herlinus, reduziu as próprias demonstrações a silogismos e prossilogismos." (*N. Ensaio*, pag. 289). E mais ainda: "Existem exemplos bem consideráveis de demonstrações fora da matemática, podendo se dizer que Aristóteles já indicou algumas em seus primeiros analíticos." (*op. citi*, pag. 297).

O próprio Leibniz experimentou a força destas demonstrações ao resolver uma controvérsia com Denis Papin sobre a avaliação das forças vivas, tratando a questão por meio de silogismos. Também nesta direção encontra-se a carta a Gabriel Wagner onde afirma que "a forma de disputar resulta forçosa em questões necessárias, pois aí se apresentam verdades necessárias..." (pag. 361).

Podemos, no caso de Leibniz, inverter, ainda, a relação de dependência da matemática com a lógica, no seu projeto de uma lógica simbólica livre dos problemas da linguagem vulgar ele se inspirará no simbolismo operado nas matemáticas. (Ver Robert Blanché, pag. 207 e 208.) Esse simbolismo nos permitiria, em vez de

ficarmos discutindo quanto a pontos de vista diferentes de um dado assunto, estabelecer os argumentos de uma forma que pudéssemos calcular, e então diríamos, em vez de discutir, “calculemos”

O que Leibniz fará no caso do argumento Ontológico da prova de Deus é quase isso, mas como a sua linguagem simbólica não estava satisfatoriamente pronta ele se aterá às formas proposicionais categóricas e hipotéticas.

Para a análise da argumentação feita por Leibniz me interessará, particularmente, *AS ADVERTÊNCIAS A PARTE GERAL DOS PRINCÍPIOS DE RENÉ DESCARTES* (escrito em 1691 e revisado em 1697) e uma carta endereçada a R. P. Lami (Nota 23, pag.47. Essais de Theodicée-Autor beneditino Dom François Lami, morto em 1711) *SOBRE A DEMONSTRAÇÃO CARTESIANA DA EXISTÊNCIA DE DEUS, DE R. P. LAMI* (escrita em 1701). A escolha dessas duas obras foi sugerida por uma proposta maior de tentar compreender as relações entre a lógica de Leibniz e sua filosofia, elas poderão deixar bem claro a função das proposições hipotéticas e das categóricas ao tratarmos das verdades eternas e também nos farão notar que a afirmação de Russel o qual acredita que este argumento não é muito usado por Leibniz não é muito precisa.

I. O argumento ontológico

O argumento ontológico, que vamos tratar, é elaborado pela primeira vez por santo Anselmo de Cantuária. “Nascido em Aosta em 1033, foi atraído pelo renome de Lanfranco, seu compatriota, na abadia de Bec, Normandia (Le Bec-Helluin). Em 1063, tornava-se seu prior; em 1078 abade. Em 1093, foi nomeado arcebispo da Cantuária, cargo que ocupou até sua morte em 1109.(...) Seus escritos mais importantes do ponto de vista filosófico são o *Monologium*, o *Proslogium*, o *De veritate* e o tratado em que responde às objeções do monge Gaunilon contra o arguemnto ontológico desenvolvido no *Proslogium*.”(Pag. 291)

No *Monologium* santo Anselmo faz três provas da existência de Deus, que não nos interessam de momento exceto pelo fato de no *Proslogium* a prova que oferece ajudará a reforçar estas três. “As três provas são demasiado complicadas, ainda que demonstrativas, na verdade ele precisa de uma só prova, que baste a si mesma e da qual decorra, ao contrário, necessariamente todo o resto. Essa prova parte da idéia de Deus que nos é fornecida pela fé e resulta, conforme o método de santo Anselmo, na inteligência desse dado da fé. Cremos que Deus existe e que ele é o ser tal que não se pode conceber um maior que ele.” (Pag. 296)

O texto de Anselmo, como era comum na época, começa com uma exortação a Deus, onde ele pede: “...ensina, agora, ao meu coração onde e como procurar-te, onde e como encontrar-te. (pag. 105, cap. I) e logo em seguida diz: “Com efeito, não busco compreender para crer, mas creio para compreender.” (Pag. 107 cap. I)

A argumentação sobre a existência começa propriamente no Segundo capítulo e trata-se de uma resposta ao insipiente (insensato) tirado das Escrituras em Salmos 13, 1 (14): “o ser do qual não se pode pensar nada maior” a esta elocução o insensato não pode deixar de compreender e segundo Anselmo o que se compreende se encontra na mente, assim se dá o primeiro passo. Resta saber da realidade deste dado mental: “o ser do qual não se pode pensar nada maior” “não pode existir somente na inteligência” Posto que isso seria um absurdo, daí decorre que

esse ser tem que ser real, da sua própria definição salta a sua realidade.

Quanto a essa argumentação “Sempre houve filósofos para retomá-la e remanejá-la a seu modo, (...) São Boaventura, Descartes, Leibniz e Hegel retomaram-na, cada um à sua maneira, mas Santo Tomás de Aquino, Locke e Kant rejeitaram-na, cada um à sua.” (Pag. 298, *A FILOSOFIA NA IDADE MÉDIA*, Etienne Gilson *OS PENSADORES*, Santo Anselmo de Cantuária 1a Edição 1973)

Dito assim, recuperamos a riqueza que este argumento pode nos oferecer e que com certeza era do conhecimento de Leibniz que parece sugerir que Descartes não o leu na própria fonte e sim na pena de Santo Tomás que como já vimos se opõe a ele considerando-o um paralogismo, Leibniz chega, pelo menos por duas vezes, a reconstituir o argumento em todos os seus termos e premissas. O que, como os cartesianos não fizeram, parece enfraquecer ainda mais a sua argumentação. (Ver Carta, N. E pag. 355 e Adv. ao artigo 14- “E os autores da teologia escolástica o examinam com frequência, inclusive Santo Tomás de Aquino, do qual segundo parece o tomou Descartes, quem não havia regulado seu estudo.” Parece que basta que revalorizemos a premissa menor e mantenhamos o termo médio para que escapemos da análise de Sto Tomás pag. 420.)

Para Leibniz “demonstrar” algo depende da forma que empregamos, devemos verificar em que medida a definição que atingimos de tal coisa é nominal e real e não podemos esquecer que uma verdadeira demonstração tem que passar pela “possibilidade” de tal coisa. E o uso de bons exemplos, por parte daquele que quer instruir na disciplina da lógica, não pode deixar de ser feito. (Quanto ao uso de exemplos veja-se Carta A G. Wagner.) Cito:

“A essência, no fundo, não é outra coisa senão a possibilidade daquilo que se propõe. O que se supõe possível é expresso pela definição; porém esta definição é apenas nominal, quando não exprime ao mesmo tempo a possibilidade, pois nesse caso se pode duvidar se esta definição exprime algo de real, isto é, de possível até que a experiência nos venha ajudar para nos fazer conhecer esta realidade *a posteriori*, quando a coisa se encontra efetivamente no mundo; o que é suficiente ao falhar a razão que faria conhecer a realidade *a priori* expondo a causa ou geração possível da coisa definida” (N.E. pag. 229)

Leibniz em uma carta endereçada a Spinoza mostra como se conclui a possibilidade *a priori* de Deus; do fato de não ter limitações nem negações, nem portanto contradição. “O argumento é o seguinte: Toda qualidade que é simples ou absoluta, positiva e indefinível, e exprime seu objeto sem limitações, é uma perfeição.” (B. Russell pag. 173). O argumento está de acordo com o que ele diz acerca do absoluto e das formas de existir que se encontram nos N. E. pag. 109 e 164 respectivamente, cito:

“O verdadeiro infinito, a rigor, não se encontra senão no absoluto, que é anterior a qualquer composição, e não é formado pela adição das partes”

(dentre as três formas de **ser**) “A terceira ubiedade (ubiguidade-ubiété) é a repletiva, que se atribui a Deus, o qual enche todo o universo de maneira ainda mais eminente do que todos os espíritos estão nos corpos, pois ele opera imediatamente sobre todas as criaturas...”⁷

Com isso cumpriríamos todas as exigências enumeradas acima, ou seja, de Deus temos uma definição real e nominal, posto que temos a sua definição *a priori*

e a *posteriori*. O interessante é que aqui também se oferece uma outra chave, ou seja, os argumentos acerca de Deus podem ser feitos baseados no fato Dele estar no mundo. (causa final e causa eficiente).

Para que possamos entender e cumprir as exigências propostas quanto ao argumento ontológico usado por Descartes, teríamos duas maneiras distintas de o elaborar: uma que está ligada à forma do silogismo (categórica)- que é oferecida pelas advertências, outra pela de hipóteses que é oferecida pela carta.

Valeria a pena, quanto a isso, voltar ainda uma vez aos *N. E.* e entender como devem ser elaboradas as conclusões tanto das proposições categóricas como hipotéticas.

Após ter feito a distinção entre as proposições de fato, de razão e mistas; Leibniz fará as indicações de como deve ser uma boa conclusão, cito:

“Todavia, como segundo o uso dos mestres da lógica a conclusão segue a premissa mais fraca e não pode fornecer mais certeza do que as premissas...No que concerne às verdades eternas, cumpre observar que no fundo elas são todas condicionais e dizem, com efeito: supondo-se tal coisa, acontece esta outra coisa. Por exemplo, dizendo: toda figura que tiver três lados terá também três ângulos, não digo outra coisa senão que supondo que exista uma figura de três lados, esta mesma figura terá três ângulos. Digo esta mesma, e é nisso que as proposições categóricas, que podem ser enunciadas sem condição, embora no fundo sejam condicionais, diferem, daquelas que denominamos hipotéticas, como seria esta proposição: Se uma figura tem três lados (1), seus ângulos são iguais a dois retos (2), onde se vê que a proposição antecedente (1) e a consequente (2) não tem o mesmo sujeito, como tinha no caso precedente,...” (*N. E.* pg. 363)

É nesse sentido que devemos entender a necessidade invocada por Leibniz na demonstração da existência de Deus que os cartesianos desconsideraram, o que para ele significa infringir as regras de uma boa conclusão.

Devemos nos perguntar em que medida a argumentação de Descartes nos *Princípios da Filosofia* não cumpre esta exigência.

Neste é afirmada a possibilidade da demonstração da existência de Deus devido ao fato de a existência estar compreendida na noção que temos Dele, cito :

“Com efeito, embora o pensamento possua distintas idéias de muitas outras coisas, não encontra aí nada que lhe certifique a existência do seu objeto; ao passo que observa nessa idéia não somente uma existência possível, como nas outras, mas uma absolutamente necessária e eterna. E, como vê que na idéia que fez do triângulo, se encontra estabelecido que os seus três ângulos são iguais a dois retos, persuade-se, de forma absoluta, que o triângulo possui três ângulos iguais a dois retos: por isso que se apercebe de que a existência necessária e eterna está compreendida na idéia de um Ser perfeito, deve concluir que um tal Ser, todo perfeito, é ou existe.” (Pag.64 e 480).

É interessante como à primeira vista o argumento atende às exigência; isso se dá pelo uso que Descartes faz da palavra “possível” e que não pode ser entendida no mesmo sentido que emprega Leibniz, para este a possibilidade está ligada ao fato de os componentes serem compatíveis entre sí. Ao contrário, para o outro a possibilidade está ligada a uma possível idéia de Deus.

Leibniz atentando para a reconsideração deste argumento feita pelos

Escolásticos diz:

(Este argumento) “Não é um paralogismo, mas uma demonstração perfeita, que supõe algo que era ainda necessário provar para dar-lhe uma evidência matemática; é que se supõe tácitamente que esta idéia do ser todo grande, ou todo perfeito, é possível e não implica nenhuma contradição. Já é alguma coisa que, por esta observação, se demonstra que supondo que Deus seja possível, ele existe, o que constitui privilégio absoluto da divindade.” (pag. 355).

Poderíamos lembrar a crítica que será feita aos cartesianos quanto a essa idéia não contraditória de Deus, o que na verdade Leibniz mostra ser contraditória, e como a própria carta termina dizendo ele mostrou em outro lugar. Dito isso, podemos ir à carta e mostrar como Leibniz enunciaria, devidamente, o argumento e como ele recupera as duas esferas: a *a priori* e a *a posteriori*. Cito:

“...se supõe tácitamente que Deus ou o Ser perfeito é possível. Se este ponto fosse demonstrado outra vez como é devido, poderia dizer-se que a existência de Deus estaria demonstrada geometricamente a priori. E isto mostra o que já havia dito, ou seja, que só se pode raciocinar perfeitamente sobre as idéias quando se conhece sua possibilidade; no que tem tido atenção os geômetras, mas não os cartesianos. Contudo, pode se dizer que esta demonstração não deixa de ser importante e, por assim dizer, pressuposta, pois todo ser deve ser considerado como possível até que se prove sua impossibilidade.

Seja como for, poderia fazer-se uma demonstração mais simples ainda, sem falar das perfeições, para não ser objetado (desmentido) pelos que estariam de acordo em negar que todas as perfeições sejam compatíveis e, por conseguinte, que a idéia em questão seja possível.”

Poderíamos considerar o próprio Leibniz como objetor, quando constitui uma obra que se pretende a verdadeira compreensão do absoluto, que é possível graças à compatibilidade das perfeições ao infinito e que são levadas ao seu mais alto grau no *Discurso de Metafísica*. Mas voltemos à carta e vejamos uma outra prova *a priori* da existência de Deus.

“Com efeito, ao dizer somente que Deus é ser por si ou primitivo, ens a se, ou seja, que é por sua essência, é fácil concluir desta definição que um ser semelhante, se é possível, existe; ou melhor, esta conclusão é um corolário que se saca imediatamente da definição e não difere dela quase nada. Pois se a essência da coisa constitui sua possibilidade em particular, é muito evidente que existir por sua essência é existir por sua possibilidade. E se o ser por si fosse definido em termos entretanto mais próprios como ser que deve existir porque é possível, é claro que tudo o que se dissesse contra a existência de tal ser seria negar sua existência.” Assim podemos notar que esta definição cumpre a exigência de uma definição real. E, para o que mais me interessa, ele continua:

“Poderia fazer-se ainda quanto a esse assunto uma proposição modal, que seria um dos melhores frutos de toda a lógica, a saber, que se o ser necessário é possível, existe. Com efeito, ser necessário e ser por própria essência não são senão a mesma coisa. Assim, o raciocínio visto sob este aspecto parece ter solidez, e os que negam que apenas (somente) das noções, idéias, definições ou essências possíveis pode inferir-se a existência atual, caem efetivamente no que acabo de dizer, isto é, que negam a possibilidade do ser por si. Porém o que deve-

mos assinalar bem é que este aspecto mesmo serve para mostrar que se tem equivocado e para preencher o vazio da demonstração.'

Aqui vemos cumpridas as exigências que foram impostas às proposições hipotéticas, isto é, que deveriam significar a mesma coisa. E a seguir, para completar a exigência de como deve ser uma definição, ou seja, real e nominal, dará a demonstração *a posteriori*.

"Com efeito, se o ser por si é impossível, são também impossíveis todos os seres que dependem de outros, já que estes não existem senão por obra do ser por si; assim, pois nada poderia existir. Este raciocínio nos conduz a outra importante proposição modal, igual a precedente, e que, com aquela, completa a demonstração. Poderia enunciá-la assim: **se o ser necessário não existe, não há nenhum ser possível.**"

Tratados Fundamentales (Primera série), Coletânea de textos de Leibniz, trad. do francês de Vicente P Quintero. Editorial Losada, Argentina Buenos Aires, 1939.

Para não faltar com o que prometi devemos voltar ao argumento e verificar de que maneira é possível transformá-lo em proposição categórica, para tanto temos que nos remeter novamente às *ADVERTÊNCIAS* de forma que venha ao encontro do que foi dito até aqui'. isto é ,considerando as esferas *a priori* e *a posteriori*, cito:

"Porém inclusive omitindo a perfeição ou grandeza, o argumento poderia ser formulado ainda mais precisa e estritamente assim:

(grifo meu) 1- **O ser necessário existe** (ou o Ser a cuja essência pertence a existência, ou o Ser por si, existe) como resulta evidentemente pelos termos mesmos.

2- **Deus é tal Ser** (pela definição de Deus).

3- **Por conseguinte, Deus existe.**

Estes argumentos são procedentes só se concede que o ser perfeitíssimo ou Ser necessário é possível, que não implica contradição ou, o que é o mesmo, que é possível a essência da qual se segue a existência. Porém, enquanto não se demonstra esta possibilidade, deve considerar-se que esse argumento não demonstra perfeitamente a existência de Deus. E em geral deve saber-se (como adverti em outra oportunidade) que de uma definição nada se pode inferir com segurança acerca do definido, enquanto não conste que a definição expressa algo possível. Pois, se por acaso envolver uma contradição oculta poderá ocorrer que dali se deduza algo absurdo. Enquanto isso em virtude desta argumentação conhecemos o admirável privilégio da natureza divina, que existe somente pelo fato de ser possível, o que nas outras coisas não basta para provar a existência. Por tanto só falta em favor da demonstração geométrica da existência divina que se demonstre a possibilidade de Deus com exata severidade e rigor geométrico. Enquanto isso a existência d'aquela que só necessita da possibilidade merece, por isto, grande confiança: por mais, que algo necessário existe consta por outro motivo, a saber, porque existem coisas contingentes.

Neste sentido poderíamos considerar o Discurso de Metafísica como uma obra construída com rigor geométrico e como forma acabada da predicação não contraditória que os cartesianos não foram capazes de levar a termo. Neste sentido poderíamos terminar com a citação do início desta obra magnífica, cito:

"A noção mais aceita e mais significativa que possuímos de Deus exprime-se

muito bem nestes termos: Deus é um Ser absolutamente perfeito. Não se tem considerado, porém, devidamente, suas conseqüências e, para aprofundá-las mais, convém notar que há na natureza várias perfeições muito diferentes, possuindo-as Deus todas reunidas e que cada uma lhe pertence no grau supremo.” (Pag. 119 par. 1, *Discurso de Metafísica*)

Acredito que com isso pudemos dar alguma resposta à leitura de Russel. Russel para mostrar que o argumento utilizado por Leibniz estava correto tratava da questão da sua possível contradição, e para exemplificar ele se remete a uma carta escrita por Leibniz a “Spinoza na Haia em 1676 e que tem o título *Que o ser mais perfeito existe*. (pag. 172)

Eu, ao contrário, considero o *Discurso de Metafísica* como a prova mais bem elaborada da não contradição da noção do **absoluto** o qual envolve um paralelismo dos atributos de Deus. Para escaparmos da simples noção nominal de Deus devemos analisar a sua não contradição, isto é, dar uma definição que não envolva contradição o que torna tal ser possível. O que ficou bem claro acima.

Sendo assim poderíamos distinguir dois tipos de demonstração da prova de Deus: uma simples e outra complexa. A simples está bem representada pela carta e pelas advertências a complexa tem que tornar compatíveis as perfeições ou atributos divinos o que estaria bem representado pelo *Discurso da Metafísica*.

NOTAS

1. Na tradução portuguesa pag. 325.
2. Na tradução portuguesa pag. 330.
3. Na tradução mexicana pag. 693.
4. Na tradução mexicana pag. 68.
5. Na tradução mexicana pag 69.
6. No original francês pag. 23.
7. No original francês pag. 23.